

Lídia Maria Pires Soares Cardel¹
Maria Aparecida José de Oliveira²
José Geraldo de Aquino Assis³
Janilson Alves Magalhães⁴
Rita de Cássia Cerqueira Melo⁵
Maria Lenise Silva Guedes⁶

DIÁLOGOS TRANSDISCIPLINARES ENTRE A SOCIOLOGIA AMBIENTAL, A AGROECOLOGIA E O SABER-FAZER CAMPONÊS⁷

TRANSDISCIPLINARY DIALOGUES BETWEEN ENVIRONMENTAL SOCIOLOGY,
AGROECOLOGY AND PEASANT KNOW-HOW

Resumo

Neste artigo pretendemos tratar de alguns aspectos relativos à gênese, à manutenção e às reconfigurações tecidas no assentamento rural MAJU, localizado no município de São Sebastião do Passé (BA), após atuações integradas de pesquisa e extensão efetuadas por pesquisadores das áreas das ciências sociais e biológicas, em conjunto com os agricultores assentados, tendo como objetivo a construção de ações para incentivar a transição agroecológica nas práticas agrícolas da comunidade. A discussão será norteada a partir de alguns eventos e enfoques transdisciplinares, deflagrados no assentamento em voga, pelos seguintes atores envolvidos: agricultores familiares, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e membros acadêmicos vinculados à Universidade Federal da Bahia (UFBA), sobretudo os do Projeto Temático (PT08): “A Sociobiodiversidade do

1 Professora Doutora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (FFCH/UFBA), Departamento de Sociologia e Pós-Graduação em Ciências Sociais. E-mail: lidiacardel@gmail.com

2 Professora Doutora do Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia (IBIO/UFBA). E-mail: aparecid@ufba.br

3 Professor Doutor do Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia (IBIO/UFBA). E-mail: jose.geraldo.assis@terra.com.br

4 Pós-Doutorando da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (FFCH/UFBA), Departamento de Sociologia e Pós-Graduação em Ciências Sociais. E-mail: janciso@yahoo.com.br

5 Pós-Doutoranda do Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia (IBIO/UFBA). E-mail: ritaaccmelo@gmail.com

6 Professora Mestra do Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia (IBIO/UFBA). E-mail: mlguedes@ufba.br

7 Agradecemos às agricultoras e agricultores do assentamento Rural MAJU/BA e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)/BA.

Litoral Norte baiano: pesquisa interdisciplinar sobre os saberes e as práticas naturais, a mobilidade, as dinâmicas territoriais e o desenvolvimento rural sustentável em um bioma de Mata Atlântica”, projeto vinculado ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Estudos Interdisciplinares e Transdisciplinares em Ecologia e Evolução (INCT IN-TREE). As descrições e as análises compõem-se de observações *in loco*, relatos, resgate da memória, documentos oficiais, referências teóricas e realização de cursos, oficinas e experimentos pensados e executados a partir de uma perspectiva dialógica. Os resultados apontaram que as ações desse projeto desenvolvidas no assentamento MAJU trouxeram para a comunidade importantes informações e construção de saberes transdisciplinares sobre sociobiodiversidade, sustentabilidade local, agroecologia, utilização das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) e ações práticas para uma relação simétrica entre homem e natureza.

Palavras-chave: sociobiodiversidade; sustentabilidade local; transdisciplinaridade; agricultura familiar; agroecologia.

Abstract

This article aims to address some aspects related to the genesis, maintenance and reconfigurations woven in the rural settlement *MAJU*, located in the municipality of *São Sebastião do Passé* – in the state of Bahia, Brazil, after integrated activities of research and extension carried out by researchers in the areas of social and biological sciences, together with the settled farmers, in order to build actions to encourage the agroecological transition in the agricultural practices of the community. The discussion will be guided by some events and transdisciplinary approaches, sparked in the settlement in particular, by the following actors involved: family farmers, the Landless Rural Workers’ Movement (MST) and academic members linked to the Federal University of Bahia (UFBA), especially those from the Thematic Project (PT08): “The Socio-biodiversity of the North Coast of Bahia: interdisciplinary research on natural knowledge and practices, mobility, territorial dynamics and sustainable rural development in an Atlantic Forest biome”, a project linked to National Institute of Science and Technology in Interdisciplinary and Transdisciplinary Studies in Ecology and Evolution (INCT IN-TREE). The descriptions and analyzes are made up of *in loco* observations, reports, memory recovery, official documents, theoretical references and realization of courses, workshops and experiments designed and carried out from a dialogic perspective. The results showed that the actions of this project, developed in the *MAJU* settlement, brought to the community important information and the building of transdisciplinary knowledge about socio-biodiversity, local sustainability, agro-ecology, use of Non-Conventional Food Plants (PANCs), and practical actions for a symmetrical relationship between man and nature.

Keywords: socio-biodiversity; local sustainability; transdisciplinarity; family farming; agro-ecology.

INTRODUÇÃO

A construção do conhecimento interventivo sob uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar requer mecanismos e pesquisadores capazes de transitar por vários campos de saberes, sem prescindir da escuta sensível e do posicionamento aberto frente às comunidades, aos interlocutores e às várias formas

de vida existentes, assim como demanda um modelo de universidade que, por meio do seu tripé: ensino-pesquisa-extensão, não dissocie a ciência destas realidades e, de fato, viabilize e seja uma aliada no concatenamento entre teoria e prática, cumprindo o papel social de criar laços e pontes com a sociedade civil, incentivando o processo de retroalimentação entre conhecimento e realidade vivida.

Neste sentido, este artigo tem como meta apresentar e analisar os resultados de ações inter e transdisciplinares voltadas para a transição agroecológica, realizadas por pesquisadores de diferentes áreas, em uma comunidade rural de agricultores assentados do litoral norte baiano. Essa área congrega uma grande diversidade de territórios administrativos, como: Área de Proteção Ambiental (APA), Áreas de Reserva Extrativista, Áreas de Assentamentos Rurais e demais áreas criadas por políticas públicas essenciais, voltadas para a preservação ambiental e que estão cercadas por inúmeras áreas particulares, orientadas para a indústria do turismo, indústrias petroquímicas, área de reflorestamento, assim como hotéis e condomínios residenciais.

O projeto⁸ que dá base à pesquisa e aos resultados aqui apresentados procura realizar estudos de comunidades, de territórios comunitários, de mobilização social e de questões ambientais relacionadas às matrizes energéticas locais, avaliando os sistemas de manejo em áreas naturais e agrícolas. Visa também a desenvolver atividades de pesquisa e extensão – relacionadas às PANCs e às tecnologias para produção de mudas de espécies nativas com uso de microrganismos –, buscando promover a sustentabilidade local, de modo que os saberes e as práticas socioeconômicas tradicionais, as dinâmicas territoriais e as perspectivas das ações para o desenvolvimento rural sustentável sejam levadas a cabo, a fim de que as ações antrópicas não comprometam o vínculo entre o tempo da lembrança, o tempo do trabalho (BOSI, 2006) e do metabolismo social (MARX, 2011; FOLADORI, 2001), construídos e vivenciados pelos grupos sociais.

A construção deste artigo está pautada em um trabalho de pesquisa e extensão desenvolvido exclusivamente no assentamento MAJU. Esta escolha adéqua-se com a busca pela ampliação do entendimento deste local e de suas dinâmicas, bem como com as ações interventivas aí desenvolvidas. Neste percurso investigativo de cunho qualitativo, foram utilizadas informações advindas de

8 Este artigo apresenta dados coletados pelo conjunto de pesquisadores do Projeto Temático (PT08): “A Sociobiodiversidade do Litoral Norte baiano: pesquisa interdisciplinar sobre os saberes e as práticas naturais, a mobilidade, as dinâmicas territoriais e o desenvolvimento rural sustentável em um bioma de Mata Atlântica”, projeto vinculado ao INCT IN-TREE, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Cabe destacar que todas as visitas a campo contaram com a parceria da Atividade Curricular em Comunidades (ACCS) – “Matas Urbanas: Agroecologia, Educação Popular e Movimentos Sociais”, importante componente acadêmico de extensão da UFBA.

observações *in loco*, tendo como base a metodologia da sociologia interventiva. Neste sentido, os dados foram coletados por meio de múltiplas ações investigativas que seguiram três eixos: o mapeamento da memória social, através dos relatos dos agricultores do MAJU; o resgate da memória institucional, por meio da análise dos documentos oficiais sobre a origem fundiária do assentamento; e a realização de cursos, oficinas e experimentos durante o período de trabalho de campo, entre os anos de 2018 e 2022, como formas de construir novas ações e saberes em diálogo com os conhecimentos e as práticas agroecológicas.

Diante deste contexto, tais intentos foram fundamentais para traduzir as nuances do campo da investigação e do recorte empírico deste artigo, visto que se constituíram como pontos de partida para desvelar a repercussão e os impactos de um conjunto de ações sociais e ambientais praticados pelo grupo social sobre o bioma de Mata Atlântica, como: as atividades agrícolas, os múltiplos usos do território e a utilização da madeira de espécies nativas para cocção de alimentos e para a venda na forma de carvão vegetal.

Neste sentido, o princípio norteador das ações de pesquisa e extensão efetuadas com os agricultores assentados foi embasado na concepção de que as práticas agrícolas e extrativistas, ao serem racionalmente orientadas por meio do paradigma agroecológico, podem ser repensadas e ressignificadas como práticas menos impactantes na relação homem-natureza. Aliados a esta concepção, partimos do entendimento de que essas ações podem contribuir para plasmar relações humanas e formas de existências mais saudáveis e equilibradas, a exemplo da redução do uso de agrotóxicos nas lavouras, da restauração de áreas degradadas com espécies nativas e da utilização sustentável da madeira como fonte energética.

A despeito de algumas dessas práticas já estarem ocorrendo em territórios desse bioma, como é o caso do assentamento rural MAJU (Figura 1), localizado no município de São Sebastião do Passé (BA), elas estão sendo intensificadas e implantadas em outros espaços contemplados pelo projeto. Certamente, a ideia é alargar o leque de abrangência do conhecimento científico e socializá-lo, por meio da tríade ensino-pesquisa-extensão, sem ignorar a importância do conhecimento da população local (CARDEL, 2016; 2019). Entende-se que este tipo de postura possibilita dialogar com os sujeitos da pesquisa, num constante movimento de ensino e aprendizagem acerca das ações voltadas para a relação do humano com o não humano, inseridas nas formas de apropriação territorial, na mobilidade intralocal, na dinâmica fundiária, nos impactos socioambientais, no manejo de áreas naturais e agrícolas e na escolha de matrizes energéticas, tanto no âmbito teórico quanto no prático, instigando a sensibilização socioambiental, econômica, política, tecnológica e cultural dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Figura 1 – Imagem da área do assentamento antes da implementação do Sistema Agroflorestal e da área de restauração MAJU/BA



Fonte: Adaptada do Google Earth (2019).

Para explanarmos os objetivos e os resultados das nossas ações de pesquisa e extensão, o presente artigo encontra-se organizado em três seções. Na primeira, apresentamos a composição do tecido social e territorial do assentamento rural MAJU. Na sequência, apresentamos os resultados das ações da implementação do Sistema Agroflorestal Agroecológico (SAF), construído conjuntamente com os agricultores, por meio da integração dos saberes tradicionais e das práticas agroecológicas. Por último, tratamos das reconfigurações tecidas no MAJU, a partir da construção coletiva dos saberes transdisciplinares, amparada nas ciências biológicas e sociais.

ASPECTOS DA INTER E DA TRANSDISCIPLINARIDADE

O contato com o assentamento MAJU se deu há 6 anos, via integração dessa comunidade com um componente curricular da Universidade Federal da Bahia, denominado “Atividade Curricular em Comunidades (ACCS) – Matas Urbanas: Agroecologia, Educação Popular e Movimentos Sociais”, atividade que teve como mediadores os movimentos sociais vinculados ao projeto de Educação no Campo. Após as ações socioeducativas de extensão realizadas, a comunidade aceitou a presença de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, participando ativamente dos experimentos, das atividades e das oficinas propostas, como pode ser observado na figura a seguir.

Figura 2 – Levantamento nas áreas de Quintais, Roças e Área Coletiva



Fonte: Acervo do Projeto Temático O8 (2019).

Os atores que habitam o território administrativo, denominado assentamento MAJU, são oriundos de diferentes realidades sociais, com um corpo coletivo pouco coeso e pequenos grupos razoavelmente integrados. Por meio de uma literatura sobre o tema e a experiência de campo, levantamos a hipótese de que esta estrutura de sociabilidade está associada à predominância da identidade política dos assentados sobre as identidades culturais dos diversos grupos que deram origem ao assentamento, realidade presente neste tipo de território e que constitui um dos pontos nevrálgicos dos movimentos sociais vinculados à luta pela terra. Os assentados dessa localidade, geralmente dotados de baixa escolaridade, dispõem de casas e quintais produtivos que dão forma à pequena agrovila. Na sua conformação inicial, estabelecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e que segue um modelo usado por todo o território nacional, o assentamento possui área total de 479,7218 ha e está dividido em 4 áreas: a) a Agrovila, onde estão as casas que possuem um pequeno quintal de 250 m²; b) os Lotes de plantio (11 ha), co-

mumente denominados roças; c) a Área de Reserva Ambiental (100 ha); d) a Área Comum (7 ha). Esta última é contígua à área das residências e hoje está ocupada com atividades de agricultores familiares que não fazem parte das 29 famílias originalmente assentadas, algo não previsto pelo INCRA, órgão que hipoteticamente deveria acompanhar com ações resolutivas as transformações ocorridas nos assentamentos rurais no seu processo de consolidação e de envelhecimento da população originalmente assentada.

Longe de ser uma particularidade do assentamento MAJU, esta é a realidade da maioria dos assentamentos rurais, como aponta uma vasta literatura na área dos estudos rurais, o que demonstra a impotência do Estado brasileiro em atender a demanda agrícola e agrária dos agricultores familiares brasileiros⁹ dentro das suas singularidades locais e regionais¹⁰.

Estes agricultores familiares costumam produzir, especialmente nos quintais, feijão, milho, mandioca, banana, coco, abacate, limão, laranja, abóbora, maxixe, quiabo, jiló, alface, rúcula, coentro, couve, dentre as principais espécies alimentícias que compõem a microeconomia da família camponesa, voltada, em primeira instância, para a lógica do consumo familiar e, *a posteriori*, para a venda de circuitos curtos (CHAYANOV, 1974).

A produção nos lotes/roças segue a mesma lógica de policultura, porém com baixíssima produtividade para a grande parte dos assentados, pois suas propriedades estão a quilômetros da agrovila, o que prejudica e até mesmo inviabiliza o plantio, a manutenção e a produção, salvo algumas poucas famílias que possuem lotes contíguos à área comum.

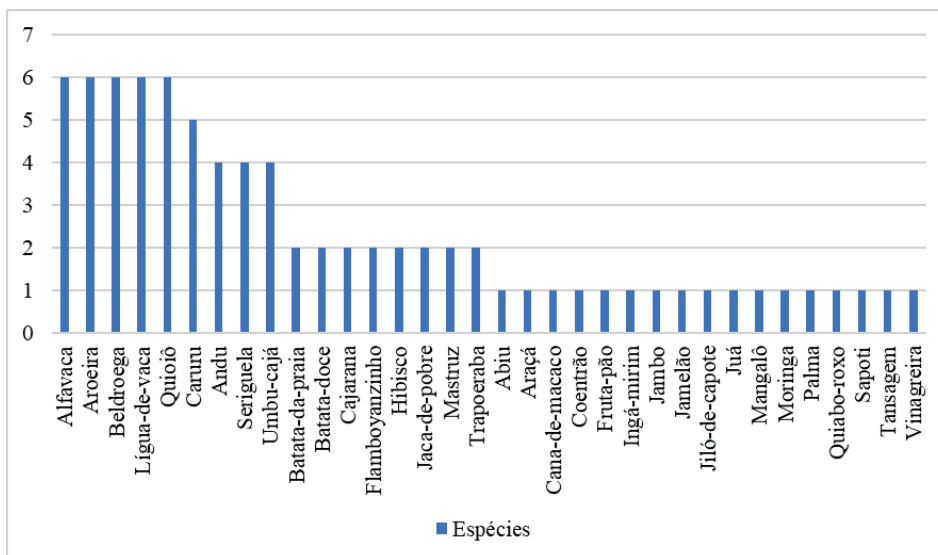
A diversidade da produção é comercializada por alguns integrantes desse assentamento nas feiras agroecológicas na cidade de Salvador (BA), realizadas duas vezes por semana: uma no Museu de Arte da Bahia (MAB) e outra na UFBA – *campus* Ondina, como também nas feiras dos municípios de Mata de São João e São Sebastião do Passé. Esta estratégia de produção, privilegiando os mercados curtos, está associada ao locavorismo (AZEVEDO, 2015), uma vez que os camponeses feirantes – residentes em localidades rurais da região metropolitana de Salvador, a exemplo do MAJU – vendem seus produtos a preços acessíveis, diretamente aos consumidores, e ajudam a fortalecer a economia local. Além disto, contribuem para pôr em relevo o diálogo entre os meios

9 Ver Martins (2000).

10 As políticas públicas modeladas desde o Estatuto da Terra (BRASIL, 1964) não deram conta dos anseios e necessidades do campesinato brasileiro. O modelo de assentamento rural proposto, e ainda atualmente em voga, culpabiliza os próprios assentados por todas as limitações impostas, que vão desde a incapacidade de captar linhas de crédito até o ato de se desfazerem das áreas ocupadas (lotes) por culpa dos imensos equívocos burocráticos estatais.

rural e urbano, a articulação entre o local e o global, e a confiança na agricultura familiar sustentável, que possibilita ao consumidor o acesso a alimentos frescos e saudáveis, sem a utilização de agrotóxicos e sem comprometer os recursos dos bens da natureza. Constatou-se, como já apontado, que os quintais apresentam uso mais intenso que as roças, com marcada diversidade de plantas, sobretudo as alimentícias, mas também com presença de plantas medicinais e ornamentais. Nos processos de levantamento por meio da técnica de caminhamento, foram identificadas espécies consideradas PANCs, cultivadas ou espontâneas, nas áreas de quintais e áreas comunais, como apresentadas no gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Levantamento das PANCs encontradas numa amostra de 7 quintais produtivos

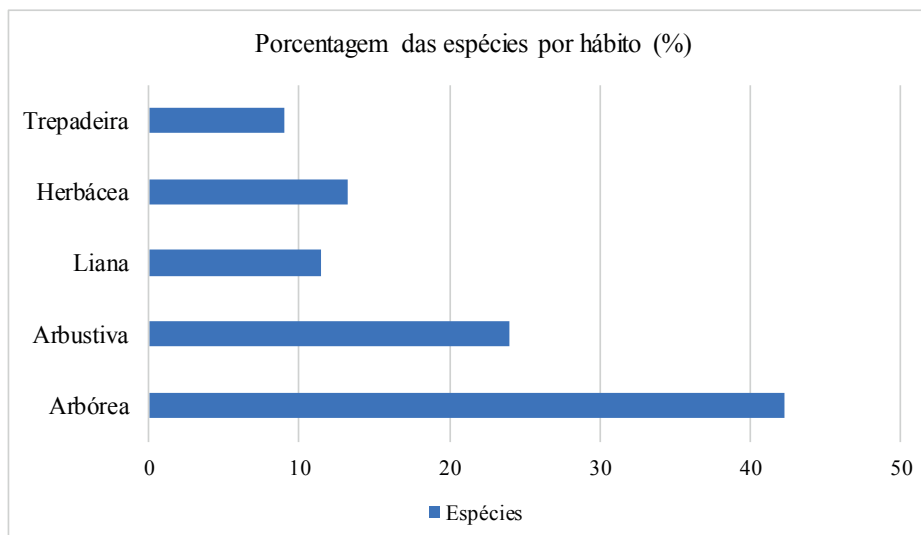


Fonte: Acervo do Projeto Temático O8 (2020).

Também foi possível constatar que alguns assentados efetuam um intercâmbio contínuo com as suas localidades de origem, trazendo para o assentamento recursos vegetais que remetem a suas raízes como agricultor ou pecuarista, reforçando o aspecto multicultural dos assentamentos.

Para conhecer melhor a vegetação da mata ciliar, foi realizado um levantamento florístico na área de reserva do assentamento. Verificou-se que a vegetação está em bom estado de conservação devido à presença de árvores de grande porte (estrato arbóreo), vegetação arbustiva e vegetação herbácea no estrato inferior (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Distribuição das espécies por hábito –
vegetação da mata ciliar do assentamento MAJU/BA



Fonte: Acervo do Projeto Temático 08 (2020).

Observou-se por meio deste levantamento que, dentre as 58 espécies levantadas, 24% são madeireiras, 36% ornamentais, 28% potencialmente medicinais e 12% alimentícias, como podem ser vistas no Quadro 1.

Quadro 1 – Distribuição das espécies vegetais por categoria de uso

Madeira	
<i>Andira fraxinifolia</i> Benth.	<i>Pouteria beaurepairei</i> (Glaz. &Raunk.) Baehni
<i>Cupania rugosa</i> Radlk.	<i>Protium heptaphyllum</i> (Aubl.) Marchand
<i>Eugenia florida</i> DC.	<i>Sapium glandulosum</i> (L.) Morong.
<i>Miconia prasina</i> (Sw.) DC.	<i>Schinus terebinthifolia</i> Raddi
<i>Mimosa caesalpiniaefolia</i> Benth.	<i>Simarouba amara</i> Aubl.
<i>Moquiniastrum oligocephalum</i> (Gardner) G.Sancho	<i>Tapirira guianensis</i> Aubl.
<i>Moquiniastrum polymorphum</i> (Less.) G.Sancho	<i>Xylopia sericea</i> A.St.Hil.
Ornamental	
<i>Adiantum latifolium</i> Lam.	<i>Myrcia splendens</i> (Sw.) DC.
<i>Adiantum obliquum</i> Willd.	<i>Passiflora alata</i> Curtis
<i>Andira fraxinifolia</i> Benth.	<i>Passiflora silvestris</i> Vell.
<i>Anemopaegma citrinum</i> Mart. ex DC.	<i>Protium heptaphyllum</i> (Aubl.) Marchand

<i>Cecropia pachystachya</i> Trec.	<i>Psychotria bracteocardia</i> (DC.) Müll.Arg.
<i>Cissus erosa</i> Rich.	<i>Psychotria hoffmannsegiana</i> (Willd.ex Schult.) Müll. Arg.
<i>Dichorisandra cf.procera</i> Mart. ex Schult. & Schult.	<i>Psychotria schlehtendeliana</i> (Müll.Arg.) Müll. Arg.
<i>Handroanthus chrysotrichus</i> (Mart. ex A.DC.) Woodson	<i>Serjania salzmänniana</i> Schlttd.
<i>Heliconia psittacorum</i> L. f.	<i>Xylopia sericea</i> A.St.Hil.
<i>Lindsaea lancea</i> (L.) Bedd.	
<i>Lygodium volubile</i> Sw.	
<i>Mandevilla scabra</i> (Hoffmann ex Roem. & Schult.)	
Medicinal	
<i>Aegiphila pernambucensis</i> Moldenke	<i>Mikania belemii</i> R.M.King & H.Rob.
<i>Aegiphila racemosa</i> (Vell.)	<i>Myrcia sylvatica</i> (G.Mey.) DC.
<i>Casearia commersoniana</i> Cambess.	<i>Petiveria alliacea</i> L.
<i>Clidemia capitellata</i> (Bonpl.) D.Don	<i>Protium heptaphyllum</i> (Aubl.) Marchand
<i>Costus spiralis</i> (Jacq.)Roscoe	<i>Sapium glandulosum</i> (L.) Morong.
<i>Guatteria pogonopus</i> Mart.	<i>Siparuna guianensis</i> Aubl.
<i>Henriettea succosa</i> (Aubl.) DC.	<i>Smilax syphilitica</i> Humb. & Bonpl. ex Willd.
<i>Lantana radula</i> Sw.	<i>Tarenaya spinosa</i> (Jacq.) Raf
Alimentar	
<i>Annona muricata</i> L.	<i>Myrcia splendens</i> Sw.) Dc.
<i>Bixa orellana</i> L.	<i>Pouteria beaurepairei</i> (Glaz. &Raunk.) Baehni
<i>Eugenia florida</i> DC.	<i>Simarouba amara</i> Aubl.
<i>Hancornia speciosa</i> (Sw.) DC.	

Fonte: Projeto Temático 08 (2021).

Frente à diversidade apresentada, cabe frisar que no assentamento existem várias atividades não agrícolas voltadas para o uso dos recursos ambientais presentes no território da comunidade e que são responsáveis pelo sustento das famílias. Além das relacionadas às policulturas agrícolas e às feiras, os assentados se voltam para as atividades de pesca, artesanato, meliponicultura (criação de abelhas sem ferrão), carpintaria, dentre outras, inclusive as que se encontram no âmbito da culinária e do extrativismo. Isto ilustra bem a composição pluriativa do tecido social dessa localidade.

Assim, durante o intercâmbio com os assentados, foi possível visualizar várias atividades de produção que extrapolam as roças e os quintais, e que criam dinâmicas sociais e culturais importantes para além da realidade cotidiana estabelecida pela terra, pelo território e pelos bens da natureza. O assentamento rural é um território produtivo e político. Neste sentido, o fato dos agricultores do MAJU participarem de atividades econômicas e sociais vinculadas às redes de ações eminentemente urbanas mostra que as ações camponesas não se reduzem ao assentamento e às atividades agrícolas. Ou seja, as práticas pluriativas¹¹ são essenciais para a autorreprodução do modo de vida do agricultor familiar.

No contexto do assentamento e das suas unidades produtivas¹², levando-se em consideração o conceito da unidade doméstica de produção (CHAYANOV, 1974), nota-se que existe a busca por um equilíbrio entre a produção e o consumo em cada família assentada, com o objetivo de manter um mínimo vital. Ao trabalhar com a terra, os agricultores do assentamento MAJU têm como objetivo garantir as necessidades alimentares básicas das suas famílias e produzir um excedente a ser comercializado no mercado de circuitos curtos, com a finalidade de obter renda e não lucro.

Assim, o entendimento desse cálculo demanda não se perder de vista as supracitadas atividades, em grande medida, direcionadas ao atendimento do consumo da família camponesa. No fundo, o equilíbrio tem um grande peso na avaliação da subjetividade familiar envolvida, pois ele permite desvelar a intensidade de autoexploração das unidades econômicas camponesas que vivem da microeconomia. Isto pôde ser observado em diálogos com assentados do MAJU, os quais chegaram a afirmar que, se a produção agrícola dos lotes e dos quintais garantisse a sobrevivência cotidiana “sem passar apertos, não precisaria correria”.

De forma evidente, os camponeses assentados estão inseridos nas estruturas da sociedade organizada pelo princípio do lucro, do capital e do trabalho. Entretanto, o camponês está inscrito numa fração de classe que possui uma certa autonomia sobre as suas horas de trabalho, bem como o saber-fazer agrícola, o que o torna um grupo social com uma relação distinta sobre os bens que seus integrantes produzem. Ao levarem para as feiras-livre o produto do trabalho com a terra, eles têm uma percepção do valor do trabalho empregado, mesmo que este valor seja subordinado ao mercado.

11 Para uma discussão aprofundada sobre pluriatividade e modo de produção camponês, ver Schneider (2003).

12 Cada família assentada tem o direito a uma residência com quintal, um lote produtivo e acesso à área comum e à área de reserva.

Porém, os assentados da comunidade MAJU não são camponeses históricos tradicionais, visto que o acesso à terra se deu por meio de lutas sociais e implementação de políticas públicas. Sendo assim, com o desenvolvimento da pesquisa, detectamos a ausência de conhecimento dos agricultores sobre a história do assentamento e dos seus aspectos legais, pelo fato de poucos serem membros originais da localidade. Neste sentido, decidimos elaborar uma análise mais acurada da dinâmica deste *locus* desde a origem, realizando um avivamento da memória do assentamento rural MAJU, principalmente a institucional, com a finalidade de rememorar o processo legal do surgimento e obter informações sobre o uso das terras antes das famílias serem assentadas. Para isso, foram realizadas, junto ao Superintendente Regional do INCRA, solicitações de acesso completo ao processo administrativo de implantação e acompanhamento do Assentamento MAJU. O atendimento à solicitação tardou cerca de nove meses, evidenciando assim a dificuldade na obtenção desse tipo de documentação.

Ao consultarmos os dados que integram tal processo, soubemos que a constituição do assentamento rural MAJU remonta aos tempos idos do final da década de 1990, informação corroborada por relatos de moradores locais durante uma visita técnica.

No momento da apresentação da oficina sobre o “Resgate da memória institucional do assentamento rural MAJU”, além da análise dos marcos históricos da desapropriação e criação do assentamento, foram debatidos vários aspectos sobre as questões legais que não estavam explícitas nos documentos que compõem o referido processo. Em vista disto, optamos pela utilização de uma linguagem simples e compreensível, capaz de incluir o grupo social heterogêneo ali presente. A importância de uma oficina sobre memória institucional é uma ação imprescindível para a população de assentamentos rurais, uma vez que este tipo de política pública para camponeses sem-terra parte, impreterivelmente, de situações de conflitos fundiários e mediações de movimentos sociais. Mesmo quando se trata de um Assentamento Rural consolidado, como é o caso aqui estudado, e com longa história de contato direto com as autarquias institucionais para resolução de problemas e demandas, é comum que os técnicos de órgãos governamentais utilizem uma linguagem excessivamente técnica e restrita aos seus pares. Esse desencontro revela que, além da ausência de políticas públicas consistentes, existe um processo de invisibilidade e negligência por parte do Estado brasileiro em dois níveis: a) a falta de treinamento adequado dos quadros burocráticos voltado para as políticas públicas relativas a questões fundiárias e suas especificidades; e b) a invisibilidade das populações subalternas do meio ru-

ral brasileiro, que apresentam imensas heterogeneidades locais, regionais e nacionais. Prova disto é que a não entrega pelo INCRA de uma versão impressa do documento original da criação do assentamento aos integrantes da comunidade MAJU gerou um apagamento do processo de luta pela terra e pelos direitos adquiridos enquanto agricultores familiares assentados. Como aponta Bosi (2006), a *memória-lembrança* é uma ferramenta central de luta e de construção de cidadania e identidade. Sem memória, a luta se perde e o grupo social se enfraquece.

Por meio da *oficina de memória*, foi possível recordar a cadeia domínial das terras e informar aos agricultores do assentamento MAJU que, através daquele documento, eles adquiriram o direito ao usufruto das terras, mas não a propriedade individual dos lotes. E este fato gerou um diálogo rico e tenso sobre a questão fundiária e o futuro das famílias assentadas. Explanamos, passo a passo, os caminhos da reforma agrária de mercado no Brasil e os paradoxos criados no processo de implementação dos assentamentos rurais. Informamos que a terra desapropriada é paga pelo Estado brasileiro aos antigos proprietários pelo valor de mercado local e regional, mas não é transferida como propriedade ao agricultor. Isto causa inúmeros problemas, como, por exemplo, a falta de perspectivas dos filhos dos assentados, que nascem sem a possibilidade de herdar os lotes onde nasceram e foram criados. Outro problema enfrentado é a questão de que há uma imposição por parte do Estado para a criação de uma entidade burocrática, uma associação¹³ com Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), que detém a prerrogativa de agir e mediar todas as ações de captação de recursos para os agricultores, gerando conflitos internos entre os assentados. Neste ponto, os agricultores informaram que a falta de pagamento das mensalidades por parte de alguns membros da Associação dos Agricultores da Fazenda MAJU, bem como dívidas antigas com projetos de incentivo rural, têm sido umas das fontes conflitivas no assentamento, visto que a referida organização está impedida de captar recursos de políticas públicas para fomentar qualquer projeto voltado para o plantio, a criação de animais e outras atividades econômicas essenciais. Outro problema, ainda maior, é que, no decorrer dos anos, com a falta de suporte técnico e econômico, as famílias assentadas estão migrando e se desvinculando da terra conquistada. Atualmente, das 29 famílias originalmente assentadas, apenas 13 permanecem na fazenda MAJU. Existem também 3 famílias, formadas por filhos de assentados, que lutam para permanecer como agricultores e que reivindicam, com o suporte do MST e dos

13 A Associação dos agricultores do assentamento MAJU foi criada no momento da implantação do assentamento, como ocorre com todos os assentamentos rurais criados pelo Estado. Obviamente, a sua estrutura original não acompanha a dinâmica da comunidade.

assentados, o direito de receberem do INCRA os mesmos direitos que os seus pais possuem.

As informações contidas no Processo nº 54160.000691/1999-13, no SEI-INCRA (PROCESSO, 1999), nos propiciaram inferir que a cadeia sucessória da fazenda MAJU, antes de se tornar assentamento, teve a seguinte configuração entre transmitentes e adquirentes: Phillipi Abboud, Antônio Calmon Vilas Boas (16/04/1964) e SIBRA ELETROSIDERÚRGICA BRASILEIRA S.A. (30/12/1970)¹⁴. O documento aponta ainda a inexistência de trabalhadores assalariados, arrendatários e/ou parceiros vinculados à empresa, sendo identificadas apenas três famílias de posseiros morando no imóvel, em espaços menores do que um módulo da região, que foram incorporadas como famílias assentadas.

Diante de tal cenário, houve a luta de camponeses e de membros do MST pela desapropriação da fazenda, uma vez que a proprietária, a empresa agropecuária SIBRA, não estava cumprindo com a função social da terra. Neste contexto, o imóvel foi considerado como área passível de reforma agrária, conforme determinam os artigos 184 e 185 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

A proposta de desapropriação do imóvel destinou-se a um projeto de assentamento, inicialmente pensado para alocar 10 famílias de trabalhadores rurais sem terra da região, conforme consta no Parecer da Comissão do INCRA, elaborado em 01 de outubro de 1999. Mas, como soubemos durante o encontro no MAJU, houve considerável mudança no formato do projeto original, para que fosse possível assentar uma quantidade total de 29 famílias. Esta reivindicação foi uma iniciativa da militância do MST, e não das 10 famílias originalmente engajadas na luta. Cabe frisar ainda que, conforme informaram alguns assentados, tal mudança significou uma redução do número de hectares por família. Inicialmente, quando havia 10 famílias, cada uma delas teria direito a 16 hectares. Contudo, quando outras 19 famílias foram acrescentadas por meio da mediação do MST, cada uma das 29 famílias passou a ter direito a lotes de 11 hectares. Nota-se, assim, o quão relevante é a memória do grupo social. Como nos ensina Bosi (2006), a oralidade é imprescindível

14 Consta que em 09 de março de 1998 foi emitida a Ordem de Serviço/INCRA/SR-05/BA/nº 12/98, a fim de formar comissões de campo para proceder ao Levantamento de Dados e Informações, Vistoria e Avaliação de Imóveis Rurais, Atualização Cadastral e Levantamento Topográfico. Em 12 de novembro de 1998, Luiz Gugé Santos Fernandes, Superintendente Regional Adjunto (INCRA/BAHIA), comunicou, via ofício, à SIBRA ELETROSIDERÚRGICA BRASILEIRA S.A. sobre o Levantamento de Dados e Informações no imóvel rural denominado Fazendas Reunidas Maju/Panema. No ano seguinte, entre os dias 19 e 20 de agosto, foram feitas as primeiras movimentações referentes à Vistoria do Imóvel Fazenda MAJU, pela Superintendência Regional da Bahia-SR-05 – e a última no dia 18 de dezembro de 2000. O imóvel (que teve como proprietária a citada empresa), localizado nos municípios de São Sebastião do Passé e Mata de São João (BA), com área registrada de 521,7391 ha (superior à área cadastrada de 479,7218 ha, localizada no primeiro município), possui 15,99 módulos fiscais, bem abaixo do municipal, que atinge a marca de 30,0 ha.

na construção das relações sociais e na rememoração do surgimento de uma nova localidade repleta de detalhes e de negociações objetivas e subjetivas¹⁵.

Embora 9 de novembro de 1999 seja, para o Estado brasileiro, considerada a data de fundação do assentamento rural MAJU, o ano anterior está mais presente na memória dos membros desse território administrativo, os quais costumam associá-lo ao início da luta pela terra, vide o interessante relato abaixo de uma das mulheres que ainda luta para ser reconhecida como assentada.

No ano que eu cheguei aqui, o assentamento tava fazendo, eu acho que era 10 anos ou 11 anos. Quando o finado Enézio falou... Quando eu cheguei, na data que eu cheguei aqui, quando eu vim lá de baixo, ainda ele falou [...] pra mim... Eu guardo por causa disso, porque ele me disse... Tava comemorando essa tal festa de São Cosme e São Damião e eu cheguei aqui nessa data. Não sei se era 26 ou 27. Ele [Enézio] falou: 'você é bem-aventurada, que tu tá chegando na data de São Cosme e São Damião e na data do aniversário do assentamento, que se comemorava nessa data'. Foi tanto que ele ainda disse... Deve ter sido em setembro de 1998, quando as 10 famílias começaram a se organizar para lutar pela terra (Informante A, 2022).

Apesar da existência de desencontros entre a memória institucional e a memória dos agricultores, ambas possuem liames que se complementam. No decorrer da análise do processo, feita por meio da oficina de memória, percebemos que o documento institucional gerado pelo INCRA funciona, para eles, como uma espécie de escritura de propriedade do assentamento rural MAJU. Entretanto, como a política de assentamento rural gera apenas o direito ao usufruto, os camponeses assentados não possuem o direito à propriedade individual das terras. Elas são, legalmente, inegociáveis e intransferíveis, inclusive para os filhos dos agricultores assentados, que não possuem o direito de herança sobre os lotes, as casas e as áreas comunais. No decorrer da oficina, muitos agricultores, inclusive aqueles que não faziam parte das 29 famílias, demonstraram espanto ante o fato de que a luta pela terra não havia se concretizado como eles

15 No processo acima, foi declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "Fazenda MAJU", com área de 521,7391 ha (quinhentos e vinte e um hectares, setenta e três ares e noventa e um centiares), no Decreto de 9 de novembro de 1999, assinado por Fernando Henrique Cardoso e Raul Belens Jungmann Pinto, publicado no dia seguinte, quarta-feira, no Diário Oficial nº 215 – seção 1, depois do reforço com vista à publicação do Decreto para a desapropriação desta fazenda, do dia 13 de outubro de 1999, assinada por Cezar Jorge Coelho Pinheiro, chefe da DFD-2. No dia 11 do mês seguinte, o processo foi restituído à Superintendência do INCRA/BA e no dia 22 de dezembro de 1999 houve o registro da Certidão do procurador Emanuel G. de Carvalho, favorável à desapropriação do imóvel. A área total desapropriada teve o seguinte resumo da avaliação: valor total do imóvel Faz. Panema: R\$98.838,32; valor de benfeitorias indenizáveis: R\$23.900,73; valor a ser pago em Título da Dívida Agrária (TDA): R\$74.937,59 (indenização da "terra nua"); custo por família: R\$9.883,83; valor total por hectare: R\$206,03 (PROCESSO, 1999).

desejavam. Apesar disso, demonstraram ciência acerca do caráter comunitário e do direito de usufruto das áreas comuns e da reserva florestal.

De acordo com dados do relatório agrícola realizado pelo INCRA em 1997/1998, a distribuição da cobertura vegetal das áreas do assentamento apresentava o seguinte quadro: a) preservação permanente (margens dos rios, encostas e nascentes) – 79,0 ha = 16,47%; b) inaproveitável (estrada, casa, inapta para fins agrícolas) – 5,0 ha = 1,04%; c) aproveitável, mas não utilizada (capoeira, mata em estágio inicial, médio e avançado) – 395,7218 ha = 82,49%; d) área total: 479,7218 ha = 100%. Com relação às condições ideais para a atividade agrícola, a região onde o imóvel estava situado foi considerada rica em água devido a precipitações pluviométricas superiores a 1400 mm, com solos férteis, apesar de grande parte da vegetação ter dado lugar à cultura de eucalipto, já que a principal atividade econômica desenvolvida pela empresa SIBRA, antiga proprietária, era a extração de espécies nativas, destinadas à produção de carvão para o consumo e abastecimento da empresa. Esta atividade extrativista, associada ao plantio de maciços de pinus e eucalipto, impôs extensas áreas de degradação, o que é visível ainda hoje em várias localidades do assentamento, realidade confirmada pelos assentados. Segundo os informantes, quando da criação do assentamento, a fazenda apresentava várias áreas impactadas, o que dificultou imensamente a produção agrícola das roças, além da falta de assistência técnica e de infraestrutura para produção agrícola sustentável e sustentada.

Após 26 anos de ocupação da área pelos agricultores, verifica-se a presença da ação positiva da agricultura familiar na fazenda MAJU. Entretanto, sem a assistência técnica orientada, essas ações não são suficientes para a recuperação das áreas impactadas. Um exemplo é a extração de madeira sem orientação de manejo adequada. Atualmente foi observado um aumento no consumo de espécies vegetais para matriz energética essencial com usos difusos.

De acordo com o relato dos assentados, as principais espécies utilizadas como matriz energética são as indicadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Nomes científico, popular e uso de algumas espécies vegetais no assentamento MAJU/Bahia

NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	USO
<i>Tapirira guianensis</i> Aubl.	pau-pombo	Cerca/lenha
<i>Simarouba amara</i> Aubl.	paparaíba/pau-paraíba	Lenha
<i>Moquiniastrum oligocephalum</i> (Gardner) G.Sancho	candeia	Lenha
<i>Cupania rugosa</i> Radlk.	cambotã/camboatá	Cerca/lenha

<i>Eschweira ovata</i> (Cambess.) Mart. ex Miers	biriba	Cerca/estacas
<i>Caraipa densifolia</i> Mart.	camaçari	Madeira/cerca
<i>Byrsonima sericea</i> DC.	murici	Madeira/lenha

Fonte: Acervo do Projeto Temático 08 (2020).

Com relação ao exposto, considerou-se relevante fomentar a criação de um SAF no assentamento MAJU, uma vez que as roças, em sua maioria subutilizadas, poderiam se adequar bem ao cultivo de espécies madeireiras e frutíferas. Partindo dessa proposta, nosso grupo de pesquisa previamente consultou moradores do assentamento a respeito das espécies vegetais nativas de interesse dos agricultores, a fim de aumentar a biodiversidade local, bem como gerar renda para a comunidade como um todo.

Neste sentido, duas espécies nativas (Figura 3) foram escolhidas levando-se em consideração a falta destas na área do assentamento e o potencial econômico de ambas: a mangabeira (*Hancornia speciosa* Gomes) e o vinhático (*Plathymenia foliolosa* Benth.).

Nessa fase da pesquisa, quando os assentados já estavam cientes das ações dos pesquisadores da área da botânica, mais um conhecimento foi incorporado ao trabalho transdisciplinar, dessa vez com a microbiologia agrícola. Para a produção de mudas dessas espécies, foi realizada a pesquisa de base agroecológica, para a aplicação de microrganismos eficientes, com o apoio do Laboratório de Sementes e Desenvolvimento Vegetal da Universidade Federal da Bahia (LASED-UFBA).

Nesse contexto, assumiu-se a premissa de que os microrganismos, a exemplo de Microrganismos Eficientes (EM - Effective Microorganisms) e fungos micorrízicos arbusculares (PRATES JÚNIOR et al., 2021), se caracterizam como bons bioindicadores de impactos dos diferentes tipos de manejo, bem como exercem papel multifuncional em sistemas naturais e agrícolas. Muitos grupos funcionais de microrganismos benéficos podem ser utilizados como ferramentas biotecnológicas para promover o crescimento e a saúde das plantas e contribuir para a redução do uso de agroquímicos, ampliando a emancipação e autonomia de agricultores familiares. Assim, em sintonia com o interesse dos assentados do MAJU, buscou-se a produção de mudas das duas espécies já previamente citadas: a mangabeira, pelo interesse no valor comercial do fruto (polpa); e o vinhático, pelo valor da sua madeira (Figura 4).

Os benefícios desta metodologia para incrementar a produção e o plantio de espécies nativas estão focados na praticidade, na economia e na qualidade

dos insumos. Os agricultores podem realizar tal método sem grandes custos, visto que a captura dos microrganismos na mata ocorre sem gastos adicionais. A interação dos microrganismos e das plantas são nutricionais, facilitando a absorção de fósforo e zinco e aumentando a tolerância a estresses, ao déficit hídrico, à salinidade e ao ataque de patógenos, sendo uma prática agroecológica por não agredir o meio ambiente.

Figura 3 – Frutos da mangabeira obtidos através de doação da Embrapa Tabuleiros Costeiros, com posterior despolpa para a obtenção das sementes



Fonte: Acervo do Projeto Temático O8 (2021).

Figura 4 – Preparo do solo e dos sacos para o transplante das mudas de vinhático



Fonte: Acervo do Projeto Temático O8 (2021).

A demanda por práticas agrícolas que retornem em renda direta ou indireta é algo indispensável, uma vez que o grupo doméstico forma uma unidade econômica de produção e consumo.

Visando a manutenção da autonomia dos agricultores familiares, os experimentos foram realizados mirando o baixo custo e os baixos impactos ambientais. Assim, para a produção de mudas do vinhático, foram utilizadas sementes adquiridas no estado do Espírito Santo. Já para a produção das mudas de mangaba, os frutos foram doados pela Embrapa Tabuleiros Costeiros – Aracaju/SE. Foram, então, montados experimentos para verificar o efeito de Microrganismos Eficientes (EM) sobre o enraizamento de estacas de mangaba e sobre o crescimento inicial em mudas de mangaba e vinhático. Os

resultados indicaram que não ocorreu enraizamento em estacas de mangaba tratadas com EM. Porém, foi verificado que mudas de mangaba e vinhático tratadas com esses microrganismos mostraram maior crescimento, indicando que o uso de microrganismos acelera o crescimento dessas duas espécies. Esses resultados foram levados à comunidade e, por meio de oficinas, foi mostrado como deve ser desenvolvida a técnica de capturas dos microrganismos e o preparo do material a ser usado nas plantas. As mudas produzidas nos experimentos foram doadas para os assentados que estavam presentes nas oficinas.

Por meio desta ação de vínculo entre pesquisa e extensão, apontamos que a Microbiologia tem sustentado muitos conceitos e ações em Agroecologia, que ultrapassam aspectos da produção e avançam em direção ao consumo de alimentos saudáveis, contribuindo para embasar temas relacionados à segurança alimentar e nutricional, potencializando a conscientização dos atores sociais sobre os seus papéis social, cultural e político com relação à soberania alimentar.

Este trabalho interdisciplinar, de importância tanto ecológica como social, contribuiu para a diversificação das espécies vegetais cultivadas no assentamento rural MAJU, impactando positivamente na reorganização da matriz energética local.

AVANÇOS NAS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS

Uma das ações essenciais do projeto de pesquisa e extensão desenvolvidas com a comunidade MAJU está relacionada aos mutirões de plantio de mudas de espécies nativas. Com a participação de estudantes da UFBA/ACCS e de assentados (ver Figuras 5 e 6), foi realizada a atividade de implantação do SAF na área coletiva da comunidade¹⁶. Por meio dessas ações socioeducativas de “mão dupla”, de incentivo de práticas agroecológicas e de enriquecimento da mata ciliar com espécies nativas, objetivou-se reconfigurar a paisagem local de áreas degradadas e incrementar a diversidade da produção das hortas coletivas e dos quintais, visando não apenas fortalecer a diversidade de produção de alimentos e de espécies multiuso, como também alinhar princípios éticos do bem-viver entre humanos e não humanos.

¹⁶ Foram doadas pelo assentamento Terra Vista, município de Arataca (BA), 2.500 mudas de espécies diversas, como: cacau, bananas, açai, cupuaçu, mogno brasileiro e abacaxi.

Figura 5 – Imagens de horta em área coletiva e quintais do assentamento



Fonte: Acervo do Projeto Temático O8 (2019).

Figura 6 – Primeira imagem: o coletivo realizando o sombreamento nas espécies arbóreas plantadas no SAF; segunda imagem: o SAF após 3 anos de manejo; terceira imagem: o SAF sendo o espaço de aula sobre a vida do solo



Fonte: Acervo do Projeto Temático O8 (2018; 2019; 2021).

Muitas ações de pesquisa e de extensão foram levadas a cabo nos 5 anos de interação entre os grupos de pesquisadores da UFBA e os agricultores do assentamento MAJU. O Quadro 3 abaixo compara o uso de práticas agroecológicas antes da intervenção do projeto INCT com as que foram adotadas *a posteriori*, quando do encerramento da primeira etapa da pesquisa.

Quadro 3 – Relato das práticas agroecológicas no assentamento antes e após as atividades do projeto

Práticas agroecológicas	Em 2018	Em 2022
Uso de agrotóxicos	Às vezes	Não
Uso de esterco	Sim	Sim
Uso de cobertura morta	Não	Sim
Uso de adubação verde	Não	Às vezes
Irrigação por aspersão	Sim	Transição
Uso de sementes crioulas	Não	Transição
Caldas biológicas	Sim	Sim
Uso do material de podas	Não	Sim
Cultivo de hortas	Sim	Sim
Técnicas de sombreamento	Não	Sim
Diversidade de cultivo	Sim	Sim
Rotação de culturas	Sim	Sim
Compostagem	Às vezes	Sim
Coleta seletiva de resíduos	Não	Não

Fonte: Acervo do Projeto Temático 08 (2022).

Como já foi mencionado ao longo do texto, outras ações educativas e formativas foram implementadas, como: a) o curso de meliponicultura; b) oficinas gastronômicas para utilização das PANCs; c) oficinas de produção de mudas de espécies nativas; d) oficinas sobre compostagem; e) oficinas sobre caldas biológicas; f) oficinas de manejos do SAF, dentre outras atividades socioculturais diversas. Todas as oficinas tiveram como protagonistas os agricultores do assentamento MAJU e os pesquisadores e alunos da UFBA, estimulando a intersecção entre o saber-fazer camponês com as práticas agroecológicas apresentadas.

DIÁLOGO ENTRE OS SABERES

As ações transdisciplinares desenvolvidas nessa localidade durante a atuação da pesquisa foram responsáveis por valiosos aprendizados, a saber: troca de conhecimentos, leituras da realidade e construções interventivas voltadas para uma relação menos impactante entre homem e natureza. O resultado desta primeira etapa do projeto foi apresentado no segundo encontro dos projetos integradores do INCT IN-TREE, ocorrido em agosto de 2022 na UFBA.

Figura 7 – Banner de atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas pelo PT08 e apresentadas durante o Encontro do INCT IN-TREE



Fonte: Acervo do Projeto Temático 08 (2022).

Observamos, na síntese apresentada, que a questão central da transdisciplinaridade e da interdisciplinaridade presente nas ações de todos os integrantes do projeto está focada na esfera da *sociobiodiversidade* (Figura 7), que significa entender a dinâmica do nosso impacto com relação à terra, à fauna, à diversidade biológica e aos outros tantos elementos da natureza que foram reconfigurados pelos actantes. Diante disto, o entendimento a respeito do sig-

nificado da sustentabilidade – uma maneira que possuímos de conviver com a natureza e impactar o menos possível o lugar onde estamos – fez parte das referidas ações, a exemplo da criação do SAF, o incentivo ao uso das PANCs e o reavivamento da memória da terra/do território.

Soma-se a isso a proposta da transição amparada nas trocas das práticas convencionais pelas práticas agroecológicas (Figura 6), visando à construção local da soberania e segurança alimentar por meio da valorização do uso das PANCs, bem como da comercialização da produção realizada no formato de circuitos curtos. Essas atividades de pesquisa e extensão mostram como são relevantes as ações que objetivam a dimensão socioambiental, cujo papel transdisciplinar resulta da integração entre duas grandes áreas e que envolvem a busca pela junção das relações humanas e não humanas, e das relações entre outros tantos actantes que permeiam os coletivos (LATOURE, 2013).

Nessa perspectiva, a ciência agroecológica – dotada de uma natureza multidisciplinar, resultante da agregação dos conhecimentos científico e tradicional –, direcionada à soberania alimentar (ALTIERI, 1989) e à diversidade ecológica e sociocultural (CAPORAL; COSTABEBER, 2002), estabelece parâmetros fundamentais para o reestabelecimento da simetria entre humanos e não humanos, e deve ser defendida como um movimento social e político para a soberania e o bem viver dos povos. Ao entrar na academia e se incorporar como um discurso científico e político de ativismo das boas práticas no campo e na cidade, os discursos e as ações agroecológicas fornecem as ferramentas necessárias para que os povos e as comunidades tenham participação ativa no processo da transição e do desenvolvimento de outras formas de estar no mundo (CASAGRANDE; OLIVEIRA, 2020). Essas práticas tornaram-se parte do cotidiano do território administrativo do assentamento MAJU, especialmente porque vários de seus membros começaram a perceber a importância de produzir alimentos saudáveis e de tratar os bens da natureza de forma reflexiva. Isto se deve, sobretudo, à realização das atividades participativas, como oficinas, roda de conversa, mapa falado, mural da história, cine agroecologia, memória do território, caminhamento nos quintais, curso sobre gastronomia local, entre outras atividades que permitiram aproximações entre os saberes e o uso da biodiversidade local. Evidentemente, as contradições entre os diversos grupos locais evidenciam que o diálogo apenas foi iniciado.

A síntese da coprodução do conhecimento entre os pesquisadores e os agricultores da comunidade MAJU está representada pela criação do SAF, que se tornou um espaço de conhecimento vivo e pulsante. Neste sentido, os envolvidos na pesquisa, assentados e pesquisadores da universidade, constataram que

plantar, produzir e conservar são ações fundamentais para cumprir a função social da propriedade sem comprometer o meio ambiente.

Dentro desse contexto,

[...] as universidades públicas brasileiras vêm tendo um papel importante na divulgação das práticas agroecológicas. Neste sentido, as atividades curriculares com comunidades extrauniversitárias, bem como as atividades de pesquisa e extensão, que têm como objetivo a ampliação do conhecimento e do saber fazer agroecológico, fazem parte das estruturas curriculares das principais instituições públicas de ensino superior do Brasil. Assim sendo, a agroecologia vem se construindo como um contradiscurso no âmbito científico, político e ético na ação e na construção de políticas públicas transnacionais que envolvem a busca da soberania alimentar como um bem comum (OLIVERA et al., 2020, p. 4).

O papel do trabalho científico fincado nas múltiplas esferas do conhecimento trans e interdisciplinar torna-se uma ferramenta imprescindível para a proposição de resoluções no âmbito dos conflitos e contradições socioambientais, uma vez que o fazer científico é um ato político que gera novos conhecimentos e novas práticas, a exemplo do reflorestamento de áreas degradadas com espécies nativas e da implantação de SAFs, que fundem múltiplas ações reflexivas nas relações sociais, econômicas e ambientais. No caso do Assentamento MAJU, a criação do SAF incentivou a complementaridade de gênero, o encontro de gerações e a fluidez multicultural das práticas agrícolas dos assentados. Como a origem social e cultural dos assentados é diversa, todos que participaram da implementação do SAF colaboraram com uma gama do saber-fazer camponês dos seus locais de origem. Neste conjunto, as técnicas agroecológicas levadas pelos pesquisadores dialogaram com as plasticidades regionais dos agricultores familiares.

Nesta ótica, trabalhar a memória da gênese do território administrativo por meio do resgate da memória institucional do assentamento rural MAJU, juntamente com as histórias de vida dos assentados, trouxe importantes informações sobre a constituição da localidade. Em suma, suscitou discussões e serviu para que os agricultores conhecessem a história de onde vivem, falassem sobre suas trajetórias de vida, ponderassem sobre a estrutura organizacional do assentamento e refletissem a respeito da sustentabilidade, da sociobiodiversidade e do atual cenário socioambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender como a comunidade MAJU trabalha a relação com o território, com a terra e com a agricultura e propor ações para a transição agroecológica.

cológica do assentamento foi o objetivo central do nosso trabalho de pesquisa e extensão, que teve início com as oficinas de apresentação das ações do projeto, com o levantamento dos quintais produtivos e culminou com a criação do SAF na área comum do assentamento e com as diversas oficinas já relatadas.

O caminho do trabalho não foi retilíneo e sem enfrentamentos. Houve impasses nessa empreitada, como a inadimplência da associação local e o pouco envolvimento de alguns dos seus membros, bem como um visível e preocupante distanciamento entre os agricultores e o MST, que teve um papel central para que o assentamento fosse implantado pelo INCRA. Cabe pontuar que este e outros movimentos sociais que lutam para que, de fato, exista reforma agrária desempenham importantes papéis, pois realizam as mediações entre os agricultores sem-terra e o Estado, e ajudam a viabilizar as políticas públicas essenciais para a consolidação dos assentamentos rurais. Sabemos que, na prática, as microestruturas políticas dos movimentos e dos agricultores geram distensões e conflitos e que, a maior complexidade desta relação está na tensão entre o desejo dos agricultores pela propriedade da terra e a defesa do MST pela permanência da atual política, que concede a terra por meio de uma relação jurídica complexa baseada no usufruto¹⁷.

Contudo, apesar das adversidades, as ações de extensão e de pesquisa foram extremamente exitosas. Juntos, os docentes da ACCS/UFBA, a equipe do projeto INCT-PT08 e os assentados iniciaram uma dinâmica de troca de conhecimentos que possibilitou que todos se conscientizassem de que a ciência e o saber-fazer não são unidirecionais. Para além do conhecimento científico formal, a pesquisa teve como base elaborar e compreender questões voltadas para a complexidade da sociobiodiversidade de uma população assentada em uma área degradada do bioma de Mata Atlântica e propor um processo de transição agroecológica nas práticas cotidianas dos agricultores. Essas ações não seriam possíveis de serem concretizadas sem a firme articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Essa conexão oportunizou pôr em prática um projeto de pesquisa e intervenção, cuja proposta consistia em implantar, por meios de estudos das áreas da sociologia ambiental, da botânica e da educação, uma mudança de pa-

17 “Marcelo Sampaio Carneiro *et alii*, (1998), em seu estudo sobre a reforma agrária no Maranhão, insistentemente chamam a atenção para o grande desencontro cultural que há entre técnicos do governo e assentados, sublinhando que os técnicos são ‘completamente ignorantes acerca do cálculo camponês no que toca à produção para autoconsumo e para comercialização’ (CARNEIRO *et alii*, 1998, p. 275). Convém ter em conta o risco de ignorância semelhante do outro lado, o dos intelectuais que apoiam a luta pela terra e se empenham na causa da emancipação dos pobres da terra. O problema mais comum é o do resgate etnográfico de categorias do pensamento popular sem o correspondente resgate da lógica camponesa mediadora das possibilidades do processo histórico, o possível próprio da dialética, sem o que caímos num reducionismo que compromete seriamente os propósitos do apoio e da identificação” (MARTINS, 2000, p. 112).

radigma na relação Humano-Natureza sob o prisma da agroecologia. E como ações de mudança de boas práticas não são estanques, elas vêm sendo construídas no assentamento rural MAJU a partir da continuidade do SAF, das Feiras Agroecológicas e de outras ações construídas interdisciplinarmente.

Neste sentido, o projeto possibilitou, como foi colocado ao longo deste trabalho, uma abordagem aprofundada sobre as dinâmicas territoriais do assentamento, o resgate da memória institucional e grupal, o diagnóstico dos sistemas produtivos distribuídos entre os quintais, roças e áreas coletivas, o levantamento florístico da área de reserva ambiental, a implantação de um SAF produtivo, o mapeamento dos problemas institucionais e burocráticos da associação dos agricultores, assim como viabilizou a criação de oficinas diversas sem perder de vista a percepção do *ethos* camponês a respeito de práticas socioambientais.

Em meio a isso, a utilização da lenha como matriz energética sem um plano de manejo e as abordagens acerca de outros elementos da natureza não foram tratadas a partir de uma perspectiva punitiva ou moralista, mas sim educativa e dialógica, de modo que a tecnologia social, através da tecnicização e do conhecimento científico da agroecologia, tornou-se um canal de divulgação e incentivo à mudança de determinados paradigmas conservadores. Por meio das múltiplas oficinas, foi instituído um diálogo entre a lógica das habilidades agrícolas e extrativistas dos assentados e as condutas agroecológicas, com o objetivo de estabelecer protocolos de boas práticas ambientais.

Para tanto, tivemos como meta articular a construção de ações conjuntas entre a universidade, os pesquisadores e os agricultores do assentamento MAJU, para estabelecermos uma nova *práxis* agroecológica, com o objetivo de superarmos a lógica produtivista sobre os bens da natureza. Acreditamos que este trabalho gerou um conjunto sólido de conhecimento, pautado exclusivamente na ética ambiental e humana, tendo como propósito a busca da conexão entre o conhecimento tecnicamente orientado e o saber-fazer tradicional.

Destacamos que as políticas públicas de educação ambiental, segurança e soberania alimentar, bem como aquelas de incentivo à produção agrícola de base agroecológica, devem ser urgentemente retomadas no Brasil como metas para uma agenda política de defesa da sociobiodiversidade, da autonomia alimentar e do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. (ed.). **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

- AZEVEDO, E. O Ativismo Alimentar na Perspectiva do Locavorismo. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 81-98, jul./set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/jG8ybrRMcjMLGCKmxZk9LXs/>. Acesso em: 24 ago. 2022.
- BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 28 ago. 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 25 jul. 2022.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia. Enfoque científico e estratégico. **Agroecol. e Desenv. Rur.Sustent.** Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 1-4, abr./jun. 2002. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/519/2019/10/31.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- CARDEL, L. et al. **Estudos socioambientais e saberes tradicionais do Litoral Norte da Bahia**: diálogos interdisciplinares. Salvador: Edufba, 2016.
- CARDEL, L. et al. **Enjeux Environnementaux Et Tourisme Au Brésil**: le role de l'artisanat em forêt atlantique. Paris: L'Harmattan, 2019.
- CASAGRANDE, N.; OLIVEIRA, M. A. J. **As atividades curriculares em comunidade (ACC) na UFBA e os impactos na formação profissional e comunitária**: experiências de articulação entre agroecologia e educação popular. 1ed. [S. l.]: Acadêmica Editora, 2020.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- FOLADORI, G. O metabolismo com a natureza. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, v. 1, n. 12, p. 105-117, 2001. Disponível em: www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo7505folad.pdf. Acesso em: 14 set. 2021.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 2013.
- MARTINS, J. de S. Reforma agrária, o impossível diálogo sobre a história possível. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 97-128, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/3cKRhQt3XTpyYLnPRQYsMFw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2022.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 29. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- OLIVEIRA, M. A. J. et al. Agroecologia e agrotóxicos: as percepções da população soteropolitana. **Revista Macambira**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. e042008, 2020. Disponível em: <https://revista.lapprudes.net/index.php/RM/article/view/444>. Acesso em: 27 jun. 2022.

PRATES JÚNIOR, P. et al. Fungos micorrízicos arbusculares: manejo, inoculação de espécies agrícolas e florestais, e uso na restauração ambiental. **Sociedade Brasileira de Ciência do Solo**, Viçosa, v. 1, p. 94-120, 2021.

PROCESSO nº 54160.000691/1999-13 no SEI-INCRA. **SR(05)BA-D1/INCRA**, Salvador, 1999. Disponível em:

https://sei.incra.gov.br/sei/processo_acesso_externo_consulta.php?id_acesso_externo=32022&infra_hash=db11ec178a567547fade4b80b966e769. Acesso em: 9 mar. 2022.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **RBCS**, [S. l.], v. 18, n. 51, p. 109-192, fev. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/rztr5GB6thSx7TVPkW4wf7z/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 maio. 2022.